



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



**I ENCONTRO NACIONAL: MP E MOVIMENTOS SOCIAIS**  
**Relatório das discussões dos Grupos de Trabalho**

Brasília, 2013

## I ENCONTRO NACIONAL

# MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

## EM DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Brasília/DF - 02 e 03 de dezembro de 2013

Segunda-feira, 02 de dezembro:	Terça-feira, 03 de dezembro
<p><b>11h Credenciamento</b></p>	<p><b>7h30 – Café da manhã</b></p>
<p><b>12h00 – Almoço</b></p>	<p><b>9h00 – Grupos de Trabalho</b></p>
<p><b>14h00 – Abertura e acolhida</b> <i>Contextualização sobre a atuação da CDDF e do CNMP, bem como sobre os objetivos do encontro</i></p>	<p>GT 1 – Proteção à saúde GT 2 – Combate à corrupção, transparência e orçamento participativo GT 3 – Defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural GT 4 – Enfrentamento ao racismo e promoção da diversidade étnica e cultural GT 5 – Pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas desaparecidas e submetidas ao tráfico GT 6 – Combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos GT 7 – Defesa dos direitos das pessoas com deficiência</p>
<p><b>14:45– Mesa-redonda: O que esperar da relação entre MP e movimentos sociais? Limites e possibilidades da atuação na efetivação dos direitos fundamentais.</b> <i>(Participação de 2 membros do MP e 2 lideranças de movimentos sociais. Intervenções de 20 min cada/rodada de perguntas/intervenções de 10 min cada)</i></p>	<p><b>10h30 – Lançamento do portfólio de projetos da Ação Nacional em defesa dos direitos fundamentais</b> <i>(Composição de Mesa: Dr. Janot, Dr. Jarbas, Ministro Gilberto Carvalho, outros Ministros, 1 representante dos movimentos sociais)</i> <i>(Dr. Jarbas – Discurso sobre a Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais, citando 5 projetos)</i> <i>(Discursos do representante dos movimentos sociais e das demais autoridades)</i> <i>(Distribuição de material impresso sobre a Ação Nacional).</i></p>
<p><b>15h30– Intervalo</b></p>	<p><b>12h00 –Almoço</b></p>
<p><b>16h00– Debate</b></p>	<p><b>13h30 – Grupos de Trabalho (continuação)</b></p>
<p><b>16h45 -Grupos de Trabalho</b></p>	<p><b>15h-00 – Apresentação dos resultados dos GT's</b> <i>(Definição prévia de dois expositores por GT (1 membro do MP e 1 Movimento Social). Intervenções de 10 min por expositor.</i></p>
<p>GT 1 – Proteção à saúde GT 2 – Combate à corrupção, transparência e orçamento participativo GT 3 – Defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural GT 4 – Enfrentamento ao racismo e promoção da diversidade étnica e cultural GT 5 – Pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas desaparecidas e submetidas ao tráfico GT 6 – Combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos GT 7 – Defesa dos direitos das pessoas com deficiência</p>	<p><b>17h00 – Encerramento</b> <b>17h15 – Lanche e despedida</b></p>
<p><b>19h30 – Jantar</b></p>	



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **GRUPO DE TRABALHO 1 – PROMOÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**

Presentes os membros do Ministério Público integrantes do GT de Proteção à Saúde da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais/CNMP, representantes do Conselho Nacional de Saúde, Instituto ALANA, Movimento Cigano e do Movimento Indígena.

Houve uma explicação geral sobre os projetos temáticos elaborados pelo GT de Proteção à Saúde, a saber: Fortalecimento e Qualificação da Atenção Básica, Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e o CNMP (visando o empoderamento de informações estratégicas) e Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

O representante do movimento cigano perguntou sobre a incorporação do saber popular nos projetos e afirmou que hoje essa incorporação é quase inexistente. Requereu a incorporação do saber popular tradicional e que fosse discutida a política de acesso (visitas) nas unidades de saúde. Justificou que nos casos de doença de algum membro do grupo, todos se engajam de forma solidária e comparecem às unidades de saúde. Afirmou que muitas vezes é negado o atendimento médico pela falta do cartão do SUS, devido à falta de residência fixa. Nestes casos, são feitas reclamações junto à Ouvidoria do SUS. Ressaltou o conflito entre a Portaria MS nº 940 e a política municipal, tendo em vista que a Portaria não exige para o atendimento a existência prévia desses dados de qualificação. No Amazonas comunidades do interior estão tendo surto de hepatite e em alguns casos resulta morte. O saber popular das comunidades Ciganas e Indígenas está se perdendo por falta do reconhecimento científico.

O representante Conselho Nacional de Saúde destacou como ponto positivo da relação com o Ministério Público o *1º Seminário Permanente de Articulação entre o Ministério Público e o Controle social*, em setembro de 2012, realizado pelo CNS e o MPF. Ressaltou que o controle social envolve conselhos e conferências e que o evento pautou de forma significativa a agenda de controle social e o fortalecimento da articulação entre parcerias. O seminário também discutiu a qualificação e fortalecimento do SUS. Outros pontos positivos foram a criação do *Fórum Permanente de Articulação entre Conselho Nacional de Saúde e Ministério Público* a partir do Seminário e da aprovação da *252ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde*. Também como ponto positivo do evento, verificou-se que o CNS passou a procurar MP, houve o fortalecimento da relação entre MP e controle social em estados e municípios e formação de multiplicadores. O representante do CNS relatou também que o programa ‘Mais Médicos’ fez a população brasileira se manifestar e democratizar a agenda sobre a saúde. Apontou como sugestão a criação de uma estratégia de implementação de políticas de equidade e a criação e manutenção de comitês de controle e acompanhamento em Estados e Municípios.

A representante do INSTITUTO ALANA explicou o conteúdo do seu trabalho, consistente em projetos diversificados que tem em comum a defesa dos direitos das crianças, e especificou a atuação no Projeto chamado Criança e Consumo, que trata das consequências da publicidade infantil, inclusive os problemas de saúde com destaque para a obesidade infantil. Destacou como ponto positivo da relação com o MP a parceria de certos Promotores de Justiça, o uso da ferramenta do diálogo e do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e a experiência de uma parceria institucional para fornecer materiais de conhecimento aos promotores em São Paulo (SP). Como ponto negativo destacou a dificuldade dos cidadãos comuns apresentarem diretamente suas demandas ao MP – e não via instituições – seja por desconhecimento da função do órgão ou da complexidade do sistema burocrático. As sugestões para aproximar ainda mais o MP foram: a criação de mais parcerias institucionais com os Movimentos Sociais para instrução de promotores em assuntos específicos, a divulgação das funções do MP e maior democratização e facilidade no acesso do cidadão ao MP.

O representante do movimento cigano da cidade de Sousa (PB) relatou que o MP sempre resolve os casos levados ao órgão, os ofícios são cumpridos com rapidez. Assim, os pontos positivos na relação com o MP são acesso e resolutividade. O movimento relatou alguns dos problemas locais, dentre os quais a falta de prioridade no Posto de Saúde da Família Cigano da região, que dá preferência às pessoas vindas de outras localidades. Requereu exclusividade no atendimento, para que não haja perda da cultura, nem da tradição. Requereu também a regularização do terreno que ocupam, que teria sido doado, mas sem os devidos trâmites legais, sem a transferência da escriturada da terra. O movimento está fixado nas terras de Sousa há 32 anos, com cerca de 2 mil pessoas atualmente. Requereu a regularização do recebimento dos fundos e materiais destinados ao movimento, como por exemplo computadores. Declarou não haver pontos negativos na sua relação com o MP e que suas demandas vêm sendo atendidas de forma eficiente. Elegeu como ideia para encaminhamento a capacitação de agentes de saúde dentro das próprias comunidades ciganas. No caso do movimento cigano fora da cidade de Sousa, muitas vezes a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) tem solucionado as demandas acionando a Procuradoria Municipal.

O representante do movimento indígena ressaltou a importância do atendimento primário à saúde. Relatou que à época em que a FUNAI estava no controle da saúde, a discussão sobre atendimento primário era muito forte, mas quando a FUNASA assumiu esse tópico se enfraqueceu e houve uma inserção descontrolada de remédios genéricos entre os indígenas. A aldeia dos representantes do movimento fica há 19 km da cidade e há muitos profissionais na capital, mas poucos são distribuídos em outras áreas. Requereu a melhor distribuição destes profissionais fora da capital. Relatou a terceirização da atenção primária no Posto de Saúde dentro da comunidade. Como ponto positivo disse que o MPF é parceiro. Como ponto negativo falou do conflito de competências, na medida em que o MP Estadual estaria entrando com ações penais contra lideranças, o que seria competência do MPF. Como sugestão falou da necessidade de maior aproximação dos órgãos com as comunidades, o MPF deve ir nas comunidades fazer reunião com lideranças e construir uma agenda anual. O MP Estadual deveria também se aproximar mais.

**ENCAMINHAMENTOS GERAIS PARA APROXIMAÇÃO ENTRE MP E MOVIMENTOS SOCIAIS:**

- Melhoria dos canais de comunicação do MP
- Divulgação do papel do MP
- CNMP oriente para que haja uma agenda permanente da relação entre MP e Movimentos Sociais.
- CNMP planeje um feedback das resoluções para as questões apontadas neste 1º Encontro.





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **GRUPO DE TRABALHO 2 – COMBATE À CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

### **1. Experiências na relação entre o Ministério Público e os Movimentos Sociais:**

- 1.1. Participação do Ministério Público nas caravanas da cidadania e em atividades de fiscalização de programas e recursos públicos (Programa Saúde da Família);
- 1.2. Corridas contra a corrupção no Distrito Federal;
- 1.3. No caso do Ministério Público do Ceará, muitas comarcas não têm promotores titulares, e quando há substitutos, estes respondem por duas ou três comarcas, por este motivo a atuação é pouco efetiva nas respostas às denúncias de corrupção;
- 1.4. O Ministério Público Federal responde mais rápido as representações e resultados de auditorias de recursos federais (Ceará);
- 1.5. Existem poucas Promotorias Especializadas na defesa da Probidade Administrativa e no combate aos crimes contra a Administração Pública no Ceará;
- 1.6. O próprio Ministério Público do Ceará não está cumprindo a Lei de Acesso à Informação;
- 1.7. O Ministério Público de Goiás tem parcerias com Movimentos Sociais na área de combate à corrupção, meio ambiente e educação.

### **2. Sugestões para aproximar ainda mais o Ministério Público e os Movimentos Sociais:**

- 2.1. Audiências Públicas para discussão e capacitação sobre Combate à Corrupção, Orçamento Participativo e Transparência Pública;
- 2.2. Elaboração de Cartilhas sobre Orçamento Participativo;
- 2.3. Lutar pela aprovação de um marco regulatório para as Organizações Sociais;
- 2.4. Criação de ferramentas para diagnóstico de problemas regionais com atuação mais efetiva do Ministério Público ao lado dos Movimentos Sociais;
- 2.5. Realização de cursos sobre ética e cidadania;
- 2.6. Fomentar a realização de auditorias cívicas;
- 2.7. Presença de promotores titulares em todas as comarcas;
- 2.8. Capacitação de conselhos de controle social e sobre a implantação dos portais da transparência;
- 2.9. Criação de equipe técnica para assessorar Promotores de Justiça em demandas extrajudiciais e na relação com os Movimentos Sociais. As demandas prioritárias surgem da própria comunidade;
- 2.10. O tema “Combate à Corrupção” deve constar como prioridade nos planos de atuação geral dos Ministérios Públicos;
- 2.11. Realização de eventos estaduais contra a corrupção no dia nacional;
- 2.12. Semana da mobilização social contra a corrupção com o objetivo de maior integração com os Movimentos Sociais;
- 2.13. Institucionalizar campanhas de Combate à Corrupção (“o que você tem a ver com a corrupção”; “voto não tem preço, tem consequências”; “votar pra valer”);
- 2.14. Garantir monitoramento sobre a efetividade dos portais da transparência;

- 2.15. Regionalizar atuações de combate à corrupção;
- 2.16. Integrar CNMP, CNPG, GNCOC, GNMP, CONAMP, ENCCLA e ANPR em ações de Combate à Corrupção;
- 2.17. Integração do MP com outras instituições e órgãos, tais como Tribunais de Contas, polícias e órgãos de controle interno;
- 2.18. Estabelecer metas de prazos e conclusões de inquéritos civis que apuram atos de corrupção;
- 2.19. Maior divulgação dos eventos promovidos pelo MP sobre o tema corrupção;
- 2.20. Garantir a efetiva proteção dos cidadãos e representantes de entidades que combatem a corrupção, através de programas de proteção de defensores de Direitos Humanos;
- 2.21. Maior controle e fiscalização do Ministério Público sobre os programas de proteção à testemunhas e defensores de Direitos Humanos;



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **GRUPO DE TRABALHO 3 – DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Aspectos Positivos:

1. Segundo Célia, no caso Rio Verde, sobre contaminação aérea, a atuação foi positiva, embora o contexto tenha sido desfavorável sob a perspectiva da atuação de um membro do Ministério Público, enfraquecendo a atuação. Compreende que nos casos de uma atuação do MP contra obras e empreendimentos, todos deveriam se envolver e auxiliar, porque tais interesses são poderosos e influentes. Nestes casos a atuação não deve ser isolada, mesmo porque inibe a sociedade de denunciar, e deixa vulnerável o Promotor que está lá, sozinho, na linha de frente. No caso narrado, a própria ANVISA não conseguiu atuar. Na questão de uso indiscriminado de agrotóxicos deve haver atuação permanente contra os perigos de sua utilização, mas no Brasil não há política contra o uso de agrotóxicos. Neste caso deve ser destacado também a participação dos Conselhos, e a atuação coletiva no desempenho dos órgãos institucionais. Daí o destaque para a participação da sociedade, igualmente importante a participação do MP nos Conselhos.

2. Em maio de 2013, Luca do Rio Verde, Rondônia, no processo de licenciamento do complexo da hidrelétrica, a atuação do Ministério Público foi exemplar, movido pela denúncia da sociedade o MP entrou com várias ações e adotou medidas contra o desatendimento das condicionantes e regras legais impostas no licenciamento. As associações entraram também com algumas ações juntamente com o MP, fortalecendo a parceria. O aspecto positivo da atuação do MP pode ser destacado, também, na defesa em favor dos atingidos pela desapropriação e alagação involuntária. Todavia, o prejuízo dessa alagação será pago pelo INCRA que vai indenizar as famílias.

3. Desde 2.000 temos combatido a mineração clandestina e ilegal de diamantes em terras indígenas, o MP tem sido muito atuante. Houve formação de um grupo interdisciplinar, uma grande articulação do MP com o grupo Amigos do Cintalarga.



4. Sobre o encerramento dos lixões, a representante do Ministério do Meio Ambiente informou que, houve uma reunião propositiva com o MP e que este foi muito atuante na proposição de soluções, promovendo a inclusão dos catadores em âmbito nacional.

5. Na questão do arrendamento de terra indígena, foi feita uma parceria com o MP Federal, que conversou com as lideranças indígenas que realizavam arrendamento, na maioria das vezes isto implicava armamento de grupos de índios ligados ao cacique, como se fosse uma milícia. Nestes casos, o cacique era manipulado por políticos, pessoas de fora armavam os indígenas com interesse de garantir o arrendamento, e às vezes expulsando membros da comunidade, utilizando uma prática cultural de encaminhar o grupo ou as famílias indígenas nos casos de conflitos internos graves. O Conselho da Aldeia chamou o MPF para compor uma solução e foi muito boa a atuação. Houve também diálogo com o MPF sobre a caça e a retirada de árvores para construção de casas na aldeia. Hoje os caciques estão se conscientizando.

#### Aspectos Negativos:

1. O Ministério Público dos Estados não promove diálogo com o povo indígena, quando ocorre um caso de sua atuação, por exemplo cobrança de pensão alimentícia de índio, o MP Estadual não esclarece, como faz o MP Federal.

2. Existe muita rotatividade dos membros do Ministério Público, no MP dos Estados também em face da progressão funcional nas entrâncias, por isto os programas das comarcas deveriam ser do MP, da Promotoria, e não do Promotor de Justiça.

3. Na criação de uma Reserva Ambiental em Minas Gerais o MP não dialogou com a comunidade que foi retirada, muitos perderam seus vínculos com o lugar, suas atividades, a paisagem.

4. Há muita dificuldade no monitoramento das violações, o MP tem esta dificuldade e, se estiver próximo da comunidade talvez seja mais fácil.

5. Às vezes o MP tem dificuldade em perceber os conflitos socioambientais.

#### **ENCAMINHAMENTOS GERAIS PARA APROXIMAÇÃO ENTRE MP E MOVIMENTOS SOCIAIS:**

O MP deve trabalhar na perspectiva socioambiental, considerando os sujeitos, seu modo de ser e de viver, a paisagem, usos e acessos aos recursos ambientais.

Criação de diretrizes voluntárias para o monitoramento da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e direitos correlatos.

Observar a relação dos indígenas com os biomas (paisagens).

O MP deve atentar para o controle social, cujo olhar não pode ser desconsiderado no controle institucional. O Ministério Público deve se aproximar da comunidade, o Ministério Público não está sozinho, nem é o único responsável pelo controle institucional.

O Ministério Público deve fazer prevalecer seu papel de articulador social, conhecendo *in loco* a problemática, o membro do Ministério Público deve agir como líder na comarca, com ações preventivas.

As ações devem ser institucionalizadas, regionalizadas e despersonalizadas, envolvendo ramos e unidades dos Ministérios Públicos, para que não haja descontinuidade na atuação.

Os projetos e programas relacionados à atuação do Ministério Público devem ser construídos com a participação da comunidade.

A comunicação como estratégia de promoção da cultura de Direitos Humanos, a visibilidade das ações do Ministério Público e o esclarecimento da sociedade sobre seus direitos e interesses.

Há necessidade de capacitação de membros e servidores do Ministério Público na mediação de conflitos, na escuta ativa, numa perspectiva interdisciplinar e sistêmica na área ambiental.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## GRUPO DE TRABALHO 4 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

RESUMO: O grupo entendeu de forma unânime que há influência dos poderes político e econômico locais nos Ministérios Públicos Estaduais, e que isto precisa ser combatido com veemência. Entendeu também que há a reprodução por parte dos promotores e outras autoridades dos preconceitos contra as minorias (racismo institucional). O grupo entendeu que há o desconhecimento dos promotores a respeito da realidade e dos direitos das minorias, então é necessária a capacitação desses profissionais. Há um sentimento coletivo de boa receptividade por parte do Ministério Público Federal. Sendo que a atuação do Ministérios Públicos Estaduais é pontual e não institucional.

### EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os grupos presentes foram: Indígenas, Negros, Hip Hop, Ciganos, Quilombolas, Direitos Humanos à alimentação adequada/território e Ministério Público.

Movimento Negro/Quilombola (SP): O MP de SP diante das demandas do movimento anti-racista tem adotado uma postura pró-governo, isto ocorre em outros Estados, por exemplo MG e RS. Existe boa receptividade do MP Federal. Racismo e engavetamento do MP Paulista. Há críticas à proximidade ideológica entre o MP Paulista e o Governo atual SP. O Genocídio da população jovem negra não está recebendo a devida importância por parte do MP brasileiro.

O grupo denunciou a criminalização dos ritos religiosos das comunidades de matriz africana.

Movimento Cigano: pouco tempo histórico de organização como movimento social e de participação no espaço público. Ainda existe muita desconfiança para com as estruturas estatais, identificado como principal violador histórico dos direitos dos ciganos. As denúncias são inúmeras. Ainda em construção a aproximação com as instituições estatais. Falta de atendimento nos hospitais, por exemplo baseada no preconceito em relação ao cigano. Há um desconhecimento por parte do MP em relação às questões ciganas. Não há fenótipo identificador, isso faz com que o estereótipo se baseie nas vestimentas, música, etc. A criminalização das práticas tradicionais (por exemplo a leitura de mão) é algo a ser enfrentado. É necessário esclarecer o MP e outras instituições sobre a questão dos ciganos (formação que quebre estereótipos e preconceitos). Caso do incêndio ao acampamento cigano em Santo Amaro/ SP – a comunidade incendiou e as autoridades nada fizeram. Boa experiência com o MP Federal.

FIAN – BRASIL – Direito alimentar – Confirma que o MP Federal é mais sensível à questão das minorias cigana e quilombola. Mato Grosso do Sul precisa de apoio nacional diante das ameaças que os Procuradores Federais tem enfrentado na defesa dessas minorias. Necessidade de formação dos membros do MP sobre o que é o direito humano à alimentação. MPF em Minas e Sergipe são muito resistentes ao diálogo com os Movimentos Sociais, mas estão se abrindo. Com os Ministérios Públicos de Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Sul e Alagoas há pessoas dentro das instituições que tem experiências que precisam ser replicadas. Necessidade de diálogo com os membros que atuam na área ambiental.

Movimento indígena: o grito de luta indígena é a questão territorial fundiária. Boa experiência na aproximação do movimento com o MP Federal. Caso da Bacia do São Francisco. Ela Wiecko e Deborah Duprat boas referências. Críticas aos MPs Estaduais. Tratar o indígena como incapaz. Há preconceito com o indígena. Genocídio da população indígena.

Quilombolas: Existe preconceito do Promotor de Justiça do interior para com os quilombolas de Minas Gerais. Recusa das polícias em registrar Boletins de Ocorrências. Falta formação do Promotor de Justiça para atender a comunidade, distanciamento e falta de ouvir o povo. Percebe-se que o Promotor do interior está muito sujeito ao poder político local. Denúncia de que o poder institucional, inclusive nos MPs Estaduais, é usado para manutenção das estruturas de poder local e reprodução dos preconceitos. Caso de Brejo dos Crioulos. Os TACs estão sendo usados indevidamente para beneficiar as empresas mineradoras e a construção de barragens.

#### ENCAMINHAMENTOS GERAIS PARA APROXIMAÇÃO ENTRE MP E MOVIMENTOS SOCIAIS:

Capacitação dos Promotores e Procuradores em Direitos Humanos e das Minorias, Comunidades e Povos Tradicionais (tendo como base os Acordos e Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil).

Discussão sobre a utilização das instituições, inclusive o MP, para manutenção do racismo (racismo institucional deve ser combatido).

Divulgação de boas práticas e pessoas de referência que estão fazendo trabalhos bons.

Esclarecer os povos e comunidades tradicionais (cigana/quilombola/indígena/terreiro) sobre o papel do MP, fazendo chegar às comunidades seminários e audiências públicas temáticas recomendadas pelo CNMP com gestão em todas as unidades do MP brasileiro.

A capacitação deve levar em consideração a indivisibilidade dos direitos humanos.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## GRUPO DE TRABALHO 5 – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL, PESSOAS DESAPARECIDAS E SUBMETIDAS AO TRÁFICO

### **EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

#### **Positivas:**

Movimento Nacional da População em Situação de Rua: Em MG a Promotoria de Defesa de Direitos Humanos atende em diferentes horários, pois as pessoas em situação de rua não têm como se submeter a agendas e as violações de direitos ocorrem durante todo o dia, foi um avanço do apoio do MP. Houve uma abertura do MP aos Movimentos Sociais, o MP goza de respeito. O MP de MG faz formação dos novos Promotores de Justiça com os Movimentos Sociais, o que colabora muito com a atuação futura e a aproximação destes com os Movimentos Sociais.

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: a realização deste encontro é uma conquista para os movimentos sociais.

Unitrabalho: a participação de membros do MP, em qualquer atividade, é de extrema importância;

#### **Negativas:**

Movimento Nacional da População em Situação de Rua: Impedimento de adentrar nas dependências do MP, por várias razões, por barreiras físicas (como vestuário, seguranças, edificações luxuosas e que intimidam) e em razão de preconceito. O MP ainda é desconhecido e fora do alcance. A ação do MP é morosa. O MP age apenas quando é instigado. Ações higienistas adotadas por Municípios que sediarão a Copa do Mundo não são enfrentadas pelo MP, em algumas situações o MP não garante a proteção dos Direitos Humanos, mas ao contrário, colabora com a violação de tais Direitos. Em algumas situações o membro do MP age de forma paternalista, como se estivesse fazendo um “favor”. Os Movimentos Sociais estão ansiosos para serem ouvidos. É necessário reconstruir a política de atendimento à pessoa em situação de rua (menos abrigos, mais moradias). Há uma descontinuidade da aproximação ou articulação quando há substituição dos Promotores. Alguns Promotores defendem legislação ultrapassada (ex: “vadiagem”). O SUAS não tem se efetivado da forma como foi desenhado, sendo usado para violação de direitos. Existe um pré-julgamento por parte dos membros do MP no sentido de que as pessoas em situação de rua não querem acessar os serviços sociais disponibilizados;

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Membros do MP sem compromisso, descompromissados com as causas sociais. O MP ignora a existência dos catadores e a realidade dos catadores, desconsidera a inteligência das pessoas em

situação de vulnerabilidade social. Deve-se reconhecer e respeitar que os catadores querem continuar exercendo a profissão de catadores. Os catadores reivindicam condições dignas de trabalho e a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Há urgência na efetivação da PNRS em razão do marco legal para erradicação dos lixões (agosto/2014).

Unitrabalho: convidam promotores e procuradores para participação em eventos realizados pela Unitrabalho/Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e tais convites não são atendidos, sequer respondidos;

Como superar os pontos negativos: capacitação, formação e sensibilização dos membros do MP, participação em encontros, conhecer e ouvir os Movimentos Sociais, promover um diálogo de aproximação, o MP deve se aproximar dos Movimentos Sociais mesmo quando não instigado e também deve avaliar o presente e planejar o futuro para construir um novo MP, buscar unidade entre os Movimentos Sociais e o MP (exemplo: não há como discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos sem incluir o Movimento Nacional dos Catadores), respeitar o protagonismo dos integrantes dos Movimentos Sociais, identificar os inimigos comuns, que as reivindicações dos Movimentos Sociais sejam reconhecidas como direitos e não como favores, fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos, efetivar direitos, reconhecer que os catadores e as pessoas em situação de rua lutam pela sobrevivência, construir um “novo olhar para velhos problemas”, que sejam criados mecanismos que garantam o cumprimento da legislação.

## **ENCAMINHAMENTOS GERAIS PARA APROXIMAÇÃO ENTRE MP E MOVIMENTOS SOCIAIS:**

Dialogar sempre com a Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, espaço mais adequado para o estabelecimento de articulação e aproximação; designação de mais membros do MP para atuar em promotorias especializadas na defesa de Direitos Humanos; repensar a estrutura das Promotorias de Justiça.

O diálogo construído neste I Encontro MP e Movimentos Sociais deve chegar na base, nos Municípios, que os membros se disponibilizem para participar em atividades propostas pela sociedade, incluir nos cursos de iniciação de novos Promotores de Justiça /Procuradores da República a presença e participação dos Movimentos Sociais;

Elaborar Recomendação ou Resolução do CNMP sobre a atuação do MP em articulação com os Movimentos Sociais.

Dar continuidade aos Encontros Nacionais entre MP e Movimentos Sociais.

Inserir nos cursos de formação inicial de membros do MP a participação dos Movimentos Sociais. Na realização de seus cursos de adaptação o MP deve assegurar a presença intensiva dos Movimentos Sociais, promovendo a sua aproximação com os membros do MP recém admitidos.



Repensar a estrutura do MP: mais membros designados para atuar na defesa de Direitos Humanos. Os órgãos do MP devem dar prioridade às ações de defesa e promoção de Direitos Humanos, tanto no que se refere à estrutura, quanto (e principalmente) ao número de membros designados.

Aprovar com agilidade a recomendação elaborada pelo GT5 sobre a efetivação da Política Nacional de População de Rua.

Aprovar com agilidade a resolução elaborada pelo GT5 sobre a erradicação dos lixões e a inserção social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis;

Aprovar com agilidade a resolução elaborada pelo GT5 sobre o SINALID.

Realizar reuniões, oficinas, encontros com vários membros do MP que atuam em diferentes áreas (população de rua, violência policial, crianças e adolescentes, saúde, abuso de drogas, etc.) para indicação de estratégias de atuação.

Institucionalizar a atuação do MP no tema, indo além das iniciativas pessoais movidas pelo voluntarismo ou idealismo;

Membros do MP têm que ouvir catadores e pessoas em situação de rua, não se limitando ao conhecimento acadêmico;

Elaborar levantamentos estatísticos para subsidiar as ações do MP;

O MP deve garantir formação técnica aos seus membros sobre a legislação (ex: assistência social (SUAS), moradia, segurança alimentar e nutricional, Política Nacional de Resíduos Sólidos, trabalho e renda, saúde, Política Nacional da População em Situação de Rua);

O MP deve garantir às pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis acesso físico à sua sede e acesso institucional;

O MP deve instar o poder público a implantar a Política Nacional da População em Situação de Rua nas três esferas de Governo, principalmente nos Municípios;

O MP deve envolver seus membros com atuação na área do meio ambiente nos legítimos interesses e direitos dos catadores de materiais recicláveis quanto à implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Nacional de Saneamento Básico;

Os membros do MP com atuação na área de defesa de Direitos Humanos, quando possível, devem garantir o anonimato dos denunciante em situação de rua.

O MP deve exigir a elaboração de Programa de Proteção às Pessoas em Situação de Rua e que atenda a sua especificidade.

Apoiar a transformação do Decreto 7053/2009 em Lei Federal, substituindo o Projeto de Lei em tramitação.

Realizar encontros Estaduais como este I Encontro Nacional MP e Movimentos Sociais.

Descentralizar as reuniões dos GTs, com a participação dos membros do MP do local ou região da realização do evento.

Solicitar assento de membro do MP no Comitê Interministerial de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional da População em Situação de Rua.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **GRUPO DE TRABALHO 6 – COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS**

### **Propostas:**

1. Recomendação do CNMP visando a criação e instalação de Promotorias Especializadas em Direitos Humanos, inclusive com atribuições expressas na temática LGBT, em todos os Ministérios Públicos dos Estados.
2. Recomendação do CNMP dirigida aos Ministérios Públicos dos Estados para que orientem a participação dos Promotores de Justiça nas áreas de violência doméstica, defesa dos direitos da mulher e defesa dos direitos LGBT nas conferências nacionais, estaduais, municipais e outros eventos dos respectivos segmentos.
3. Recomendação do CNMP dirigida aos Ministérios Públicos dos Estados visando a sensibilização por meio de capacitação periódica e permanente de seus membros nas temáticas de Gênero, LGBT, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Estado Laico, bem como para a edição de informativos e de cartilhas destinadas à orientação dos Movimentos Sociais no tocante às atribuições ministeriais.
4. Elaboração de Nota Técnica do CNMP acerca da aplicação da Lei Maria da Penha sem quaisquer restrições às mulheres indígenas, orientando os membros do MP na fiscalização da atuação dos órgãos de segurança pública dos Estados, a fim de evitar a recusa do atendimento.
5. Recomendação do CNMP dirigida aos Ministérios Públicos dos Estados para que orientem seus membros no monitoramento das mídias discriminatórias contra a comunidade LGBT e as mulheres e para adoção das medidas cabíveis de responsabilização.
6. Monitoramento pelo CNMP da tramitação do PL 122\2006, com encaminhamento de moção de apoio para aprovação.
7. Monitoramento pelo CNMP da ADI 4275-1, com encaminhamento de pedido de urgência para inclusão em pauta e votação;
8. Monitoramento pelo CNMP das propostas de elaboração do marco regulatório, visando a celeridade da aprovação.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **GRUPO DE TRABALHO 7 – DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dá legitimidade à atuação quando a discussão do tema é feito de forma conjunta;

Possibilidade de coletar dados e informações sobre a questão para melhorar a atuação;

“Nada sobre nós sem nós” não pode eliminar iniciativas de ONGs e instituições que atuam em Direitos Humanos;

A persistência de alguns movimentos de pessoas com deficiência em querer manter o estado assistencialista sob a tutela de ONGs que lucram com a segregação, principalmente a escolar, levam, muitas vezes, o MP a erro na sua atuação e o afasta das ONGs que trabalham seriamente e na forma da lei;

A diversidade da natureza das deficiências é impeditiva para a evolução do movimento político unificado das pessoas com deficiência o que dificulta a atuação do MP;

O MP em determinados assuntos (educação inclusiva, por exemplo) não dá vazão às denúncias que lhes são encaminhadas, resultado, às vezes, da visão parcial do membro;

Falta ao MP desenvolver mais o seu papel de promotor, educador para os Direitos Humanos;

Os fóruns constituídos por entidades de pessoas com deficiência e demais interessados na questão são importantes para a busca da solução dos problemas, exemplo dos fóruns de discussão para vagas dos jovens aprendizes. A temporariedade dos fóruns e a não solução dos problemas gera frustração na comunidade;

As lideranças novas que chegam ao MP, às vezes, trazem retrocesso de ideias e concepções que impedem a evolução dos direitos alcançados.

A falta de memória institucional das conquistas alcançadas junto com o Movimento Social é impeditiva do avanço;

Falta perfil e identidade institucional dos novos Promotores de Justiça e Procuradores da República para continuar com a conquista da cidadania;

A atuação extrajudicial e promocional junto às entidades sociais não é contada para a estatística de atividades do Promotor\Procurador;

Há a impressão por parte do Movimento Social de que o Promotor\Procurador tem uma visão parcial sobre o papel das ONGs;

Falta o entendimento de que a aliança entre MP e ONGs deve ser participativa e não de superioridade de uma sobre a outra.

## **SUGESTÕES PARA APROXIMAR AINDA MAIS O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Conhecer as ONGs e sua idoneidade na atuação;

A escolha que o MP faz deve ser sempre pautada na legislação e ao fortalecer a rede de proteção de determinada área, não significa que as demais áreas são excluídas, significa apenas que o MP faz a escolha para atender a uma estratégia diante das peculiaridades da questão.

*Maria aparecida Gugel e Rebecca Nunes (GT7)*

*Leonardo Moraes (PFDC, Cidade para Todos);*

*Júlio Cesar Silveira (Analista, MPDFT)*

*Claudia Werneck (Escola de Gente)*

*Luana Rodrigues (Escola de Gente)*

*Sandra Ferreira (MPE-ES)*

*Neide Samico (GDF - Secretaria de Educação)*



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

LISTA DE PRESENÇA -02/12/2013

GRUPO DE TRABALHO					
NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA	
Itelvia Lucia S Pereira	INPR	lucia.mnpr-ba@hotmail.com	71-3266-0034	[Handwritten Signature]	
Richard Gomes de Campos	MNPR-RS	rgdeccampes@gmail.com	51-8431-3177	[Handwritten Signature]	
Joselyviz Bezerra Espinas	MPIH/MASONS	joselyv.gomes@mpm.mp.br	92-8816-5517	[Handwritten Signature]	
DANIEL ALMEIDA	ANVISA-RJ	asthcaula@mmc.gov.br	41-5809 3417	[Handwritten Signature]	
MARANDIA CAZDOSO	MPCR	ALEX@MMCR.OIGC/RS	51-54220357	[Handwritten Signature]	
Andréia Portugal	UNIFRA-RN	andrea.portugal.fellows@gmail.com	(61)8442 3420	[Handwritten Signature]	
Egeida Bueno Benvides	Min Planey	egeida.benvides@planejamento.gov.br	(61)2620 1302	[Handwritten Signature]	
Christiane Brito Sobral	MS-GO	christiane.galvao@mpgo.mp.br	(62)3243-8217	[Handwritten Signature]	
THIA BO FIE RO BOH	MP DF T	NED@MPDFT.MP.BR	61-3343-9988	[Handwritten Signature]	
EDUARDO F. VALERIO	MP/SP	valerio@mpsp.mp.br	(11) 3119-5154	[Handwritten Signature]	
Paulo Cesar V. Lima	MP/MG	cm05@mgmpf.mp.br	3113 2703206	[Handwritten Signature]	
MARIA DO ROSÁRIO DE O. BENEVIDES	CND/DH	maridico.cnddh@gmail.com	(31) 32506360	[Handwritten Signature]	
Leandro Lima Nunes	CND/DH	leandro.noldh@gmail.com.br	(31) 32506360	[Handwritten Signature]	
ROGERIO CARLOS SOUZA TRABUNDO	MP RJ	rsouza@mp.rj.mp.br	(21) 98137-8834	[Handwritten Signature]	
CÍCERO RUFINO PEREIRA	MP T-MS	area2terra.com.br	(67) 33583000	[Handwritten Signature]	





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

LISTA DE PRESEÇA -02/12/2013

GRUPO DE TRABALHO					
NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA	
CATARINA A CECILIA GAZZELI	MP/ES.	renid@mpes.gov.br	27/31944778		
CRISTIANE PODGURSKI	MP/PR	cristianened@ig.com.br	(41) 9953-0818		
Luiz M. de Salazar	SPM	ISIS.TABOAS@SPM.GOV.BR			
Flávia Novelly	CNDM	flavianoelli@vol.com.br	019 79857260		
ME Guilherme Cunha Colosario	CNCD/ABGLT	guilhermiecunha@igmail.com	4818402473		
Thayane Teixeira Santana	LBG-DF	thayane.teixeira@hotmail.com	02-81957418		
Carlos Machado Fervere	ABGLT	carlosm1610@terra.com	(31) 9333-7812		
Cintia Costa da Silva	MPDF	cintiacs@mpdf.tj.mp.br	61.3348-5098		
Felcyga C.O. Barreto	MPDF	felcyga11@hotmail.com	(61) 3369 1233		
Amândara Damasceno de Araújo	MPMS	amandara_baobab@mp.ms.gov.br	(67) 3713 4679		
Marcia R.R. Teixeira	MPBA	mteixeiras@mp.ba.gov.br	(71) 3103.6807		
Chirlean Lago	MPPI	myrionlago@mp.pi.gov.br	(86) 9982-7424		
Iranickli Bantexi de Santa	UMIAB	S.iranickli@bantexi.gov.br	(92) 8110-3934		



Lista de nomes



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ENCONTRO NACIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Hotel Royal Tulip

02 de dezembro de 2013

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Dr. Neide Samico da Silva	SEDE	neidesamico@yahoo.com.br	6199644107	<i>Neide Samico</i>
Dr. Raul R. Santos	ZUCARÃO	FREIDANU@FAMUCAPARANÁ.PR26.BR	811961733341	<i>Raul R. Santos</i>
Dr. Richard G. de Campos	MNPR-RS	richardcampos@gmail.com	518458-3277	<i>Richard G. de Campos</i>
Dr. Samari Faria de Azevedo	MEF/NDÉ	LEOMIR.ARAUJO@FVSE.GOV.BR	7022-5676	<i>Samari Faria de Azevedo</i>
Dr. Ylana Luiza S. Seixina	MNPR	ylana.mnpr-ba.e@hotmail.com	71-326670034	<i>Ylana Luiza S. Seixina</i>
Dr. Eduardo Alexandre Costa Gomes	RENAP	Eduardocostares@gmail.com	98-96036825	<i>Eduardo Alexandre Costa Gomes</i>
Dr. Vitor Hugo de Araujo	Quilombola		3899828650	<i>Vitor Hugo de Araujo</i>
Dr. Paulo Roberto Saccia	CPT	foceibotavim@hotmail.com	(32)8250366	<i>Paulo Roberto Saccia</i>
Dr. Frankcio de Almeida P.	CIGANO	NESTOR.COAGIANO@L71	8391206850	<i>Frankcio de Almeida P.</i>
Dr. Amanda Guilhermino	CIGANO		83-9122-7165	<i>Amanda Guilhermino</i>
Dr. Jael Cassiano Amorim	Quilombola		905803769	<i>Jael Cassiano Amorim</i>
Dr. Edson de Araujo Moraes	Paraná e Juiz de Fora	edsonmoraes@gmail.com	86564332	<i>Edson de Araujo Moraes</i>
Dr. Rogério Carlos Scantambone	MP/RJ	scantambone@MPRJ.MP.BR	(21) 5877-2334	<i>Rogério Carlos Scantambone</i>
Dr. Alexandre Cabero	MNPR	NEX@MNPR-ORGO.BR	(51) 94220357	<i>Alexandre Cabero</i>
Dr. MARIA DE ROSARIO DE QUELMA BARREIRO	CND/DF	maria.cnddf@gmail.com	6-1132506260	<i>Maria de Rosario de Quelma Barreiro</i>
Dr. Linares Linares Alves	CND/DF/PSR/CAR	linalinas@gmail.com	(51) 32506360	<i>Linares Linares Alves</i>
Dr. Andreia Daniel				<i>Andreia Daniel</i>
Dr. Maria Paula Antunes V. Nery	- MP / GO	ana.nery@mpgo.mp.br	(62) 32438068	<i>Maria Paula Antunes V. Nery</i>

ENCONTRO NACIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Hotel Royal Tulip

02 de dezembro de 2013

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Adriane Chagas	MPGO	ADRIANE.CHAGAS@mpgo.mp.br	62 3243826	
Sady Sidney Fabris Junior	SDH / FEMDH	SADY.CONSUMIDOR@SDH.GOV.BR	61 32558640	
Manoel José Soares	MPGO	MARIAJOSE.FERREIRA.MPGO.MP.BR	62 3243826	
Trêmias Antônia Fereira	FMV / RO	TREMIAS.F@GMAIL.COM	69 99814505	
Leandro de Almeida	LIDERANCA KAIWA		67-99674087	
Orlando Traneu Rodrigues	CNMP			
Marcia Vasconcelos	AMSK / Brazil	amsk.marcia@gmail.com	65-96999853	
Ana Paula Sabino	ASS. BOV	ana_waree@igmail.com	61 82378317	
<del>Juliana</del>	<del>APCIAMF</del>	<del>juliana.gammarout@yahoo.com.br</del>	<del>(61) 32862371</del>	<del>(61) 3843-1727</del>
Christiane Gomes Juliano	APINME	juliana.gommes@valor.com.br	(61) 3843-1727	
Margarite M. Capelle	MPT / PR	margarite.carvalho@mp.br	41 33049001	
Luiz Cunha Rodrigues	MPP / PGR	luizc@mp.br	95-3266734	
Sadi Caysera	DAN / MDA	Sadi.Caysera@mda.gov.br	(61) 2020-0908	
Ana Carolina de Azevedo	DAN / MDA	amactisbonari@dan.gov.br	" " " " " "	
Andre Lencart	Escola de Gestão	chereck@escoladegestao.org.br		
Sydney Lavocat	SDH / PR	sydney.lavocat@sdh.gov.br	(71) 3731743	
Fabiano P.O. Barreto	MPDFT	fabianello@lutna.gov.br	(81) 8116260	
Guillemota	Comunidade Bóia	guillemota@boia.org.br	61 32552200	
Seres Salceos	SPM	1515.TADIAS@SPM.GOV.BR		



Lista de presença



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ENCONTRO NACIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Hotel Royal Tulip

02 de dezembro de 2013

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
OK	REGINA DO BISPO PEREIRA	MUJ	bispo.mun@igmail.com 19-3257190		
OK	Sérgio Kasper Bezerra	FIAN Brasil	cefiavarela@gmail.com (62) 8125-6102		
OK	Carla Hilal Karam	MACK	zfiaculcamack@gmail.com 41-9809-3474		
OK	MARCO ANTONIO TEIXEIRA	MPPR	41-9154.0811		
OK	EDUARDO F. VALERIO	MP/SP	valerio@mpsp.mp.br 11-3119.5451		
OK	Christiane Brito Fidalgo	MG-GO	christiane.opaloso@mpg.br (62) 3243.8217		
OK	Alex da Silva	FHZ DF	Exercício profissional 81228611		
OK	Silvia Mulhmann	CUMF	Mulhmann		
OK	Ygorio R. de Lima	FIAN Brasil	Ygorio@fianhair.org.br 62-81309943		
OK	Carla de Amorim V. Lima	MTE/ME	carla@mpmg.mp.br 31-37003806		
	Carla de Portugal	UNITRABAuto	carla@portugalfellows@gmail.com		
	ISABEL MARIA SALUSTIANA DE ANDARAIO	NP-CE	isabellamarisalustiana@gmail.com		
	Neide de Almeida Feijó	MPTO	mariaoseli@mpb.mp.br 63-3267674		
	Maria Aparecida Gugel	MPT - CNMP	mgugel@globocom 84951481		
	Chyian Lugo Rocha	MPPJ	myriantlugo@mp.pi.gov.br (86) 9982-7424		
	Lucimara Santana Cavalcanti	AMSK/BRASIL	contato@amsk.org.br 61-96421728		
	Marcio Andre Koko dos Santos	APIB/CONJI	marcio.koko@gmail.com 41-99486532		
	Rafael Wanderley de Almeida	SETR-MF	wander.sepid@gmail.com (61) 8404-3431		







CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

LISTA DE PRESENÇA - 02/12/2013

GRUPO MISTO				
NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Talyne Ribeiro	Ministério Público	nahymarcabas@gmail.com	(99) 8806-3438	[Assinatura]
Gilson Cardoso	Maranhão	Gilsonthinda@gmail.com	(61) 86257922	[Assinatura]
Julio Cesar Silveira	MN DA MPPI	Julio.csilveira@mpdft.mp.br	(61) 8695125	[Assinatura]
Francis Blencard de Figueira	MP DE	franzere@mp.pe.gov.br	81-5554600	[Assinatura]
José Luiz Pereira Gomes	MPM	jozeldj.gomes@mpm.mp.br	92-88163577	[Assinatura]
Índia L. da Silva	MPDF	ciencias@mpdft.mp.br	61-3348-3096	[Assinatura]
Ulisses Ulber de Siqueira	PEDC	Wilson@PEDC.MPFGOU.BR	61 3105-6943	[Assinatura]
Leomardo A.M. Filho	PEDC	leomardos@volvo.com.br	8433-1345	[Assinatura]
Maro Cunha Lima	IFC	maro@ifc.org.br	8616-9487	[Assinatura]
Silvaldo da Silva Cruz	IFC/OSR	Silvaldo@OSR@IFC.org.br	8616-9487	[Assinatura]
Francisco Ferreira de Siqueira	ACECUM-FTC	Francisco.ferreira@acecum-ftc.org.br	8619563-0094	[Assinatura]
G. Marco de Aguiar	MPMS	gmarco@mpms.com	(88) 97848592	[Assinatura]
Gilmar de Aguiar	MPMG	gilmar@mpmg.mp.br	3133309000	[Assinatura]
Caio V. de Souza	MPF	Caio.v.souza@mpf.mp.br	(51) 32162081	[Assinatura]
Wltony de Siqueira	MPRS	Wltony@mprs.mp.br	(51) 32958860	[Assinatura]
Anderson Lima de Oliveira	CNMP	anderson@cnmp.mp.br	(61) 8186-5999	[Assinatura]
Eduardo Cunha	MPRN	EASCAN@mp.mt.gov.br	141191545009	[Assinatura]





CONSELHO NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Qua: 03/12

81

comunicado com  
assinatura

ENCONTRO NACIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Hotel Royal Tulip

03 de dezembro de 2013

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Sandra de Oliveira Lopes Filardi	MP/BA	sandrafilardi@mp.ba.gov.br	(71) 31038483	<i>[Handwritten Signature]</i>
Cristiane Sobral Basso Jên	FCP/MINC	cristiane_sobral@fcp.mn.gov.br	(61) 34240156	<i>[Handwritten Signature]</i>
Alexandra S. Seltz	MP-RS	Aeltz@mp.rs.mp.br	(51) 32558860	<i>[Handwritten Signature]</i>
SARAH DE FIGUEIROA BAURDEIBA DE MELO	INSTITUTO ALANA	SARAH.MELO@ALANA.ORG.BR	(11) 347271610	<i>[Handwritten Signature]</i>
Pedro Luiz G. Serenfinim da Silva	MP-T-PE	PLSERAFIM@emissol.com	81-96286064	<i>[Handwritten Signature]</i>
Cristiane Berto Jaldoni	MP-GO	cristiane_godiva@mpgo.mp.br	(61) 63243-8217	<i>[Handwritten Signature]</i>
Andréia Portogal	UNIVERSALMO	andreia.portogal.fellows@univmo.com	(61) 3447-3920	<i>[Handwritten Signature]</i>
<del>Adriana de Sousa Alor</del>	<del>MP-PA</del>	<del>adriana.alor@mp.pa.gov.br</del>	<del>(61) 3447-3920</del>	<del><i>[Handwritten Signature]</i></del>
Mabryna Ribeiro Alor	MP-MA	mabrynaribeiro@gmail.com	(91) 8806-3938	<i>[Handwritten Signature]</i>
Lucival Rodrigues	Escola de Gestão	lucivalrodrigues@gmail.com	(61) 8108-2033	<i>[Handwritten Signature]</i>
Marimara V. Cavalcante	AMSK/BRASIL	COMAR@AMSK.BR	61 96 12 1728	<i>[Handwritten Signature]</i>
Marcia Varancelos	AMSK/BRASIL	AMSK.MARCA@GMAIL.COM	(61) 96959853	<i>[Handwritten Signature]</i>
Neidy Sampaio de Silva	SEED/DF	neidydesampaioc@seeducam.br	69964407	<i>[Handwritten Signature]</i>
Sadís Fungere	OAM/MDA	Sadis.fungere@oam.gov.br	(61) 2020-0105	<i>[Handwritten Signature]</i>
Ana Cristina S. Campos Mendes OAM/MDA	OAM/MDA	amcristinaoam@gmail.com	" " " "	<i>[Handwritten Signature]</i>
Eduardo Alexandre Costa Lopes	RENAP	EASCAMBIO@MP.PR	(41) 9154-5009	<i>[Handwritten Signature]</i>
Eduardo Augusto S. Cambi	MPPR	SHEILAPTON@SEIM.E.NPCC	41 9154-5009	<i>[Handwritten Signature]</i>
SHEILA C. P. TONBEIM	MP-CC		85-9922570	<i>[Handwritten Signature]</i>

ENCONTRO NACIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Hotel Royal Tulip

03 de dezembro de 2013

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Antonio Ferreira	IMV - RO	vermafe@gmail.com	6999819505	
Flavio Regine R. Teixeira	MP RA	m.teixeira@uy.br.gov.br	71.888888675	
Miriam de Aguiar	AFONIME	juliao@pombarram.com.br	(87) 3743-1127	
MARCIO KOKO	APIB/CNJI	Marcio.Koko@gmail.com	4199486532	
Sandra Maria Furtado de Jesus	MP ES	sandra@hotmail.com	98469881	
MARCIO PEREIRA	MP PE	MARJOR@MP	De. Sora	
Carolina de Moraes	ASSEMBLEIA	GERIBEO@gmail.com	84384496	
Jenifer de Lencastre	FIAN BRASIL	jenifer@fiandebrazil.org.br	6281309943	
Michelle Remy	CMMP	Michelle.Remy@gmail.com	683366911	
Carolina Vilhena	MB-Setur	carolinavilhena@setur.br		
Ana Maria A. Bravo Villalba	MINC	ana.villalba@culture.gov.br	20242128	
CICERO RUIFINO PEREIRA	MP T - MS	Drey do Terra.com.br	(67) 33583000	
Richard Gomes de Campos	MP PR - R	richardgomes@mp.pr.gov.br	(843) 3177-1100	
JEFFERSON AR DIAS	MPF / PFSC	JEFFERSON@MPF.MP.BR	(14) 991831670	
Chirlean Lago	MPPI	myriam.lago@mp.pi.gov.br	(86) 9982-7424	

99964793



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

031

LISTA DE PRESENÇA - 03/12/2013

I ENCONTRO NACIONAL DO MP E MOVIMENTOS SOCIAIS

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
MARIA ROSELI DE ALMEIDA PEREIRA	MP TO	maria.roseli.pereira@mp.to.br	63 3216 7674	
Francisco José de Azevedo	MP RJ	francisco.azevedo@mp.rj.br	61 3026 5555	
FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA	MP RJ	francisco.ferreira@mp.rj.br		
Francisco José de Azevedo	MP RJ	francisco.azevedo@mp.rj.br	861 9030 0094	
Angela Maria Campos de Lacerda	MP MS	angelamaria.campos@mp.ms.br	(67) 3313 4677	
Catarina C. Gozale	MP ES	catarina@mp.es.br	27 3194 4748	
Mrs. Elizabeth Cavallari	CM B	elizabeth@cm.b.br	27 8112 59	
Glauco Moreira	C.N.D.M	glauco.moreira@cnm.br	11 9785 7260	
Mrs. Rosyete D. Leiva	MP DF	rosyete@mp.df.br	61 3343 9500	
Adriane E. Santana Oliveira	MP GO	adriane.chagas@mp.go.br	62 3243 8216	
Adriane Chagas	MP GO	adriane.chagas@mp.go.br	82 50 7252	
YARA C. LIMA	FC	yara@fc.org.br	(61) 8616 9483	
SONIA LIZ PEREIRA SPINOSA	MPH/AM	sonia.liz@mp.am.br	(92) 8816 3517	
Denise R. Santos	MP GO	denise@mp.go.br	(019) 61 7333 91	
Maria José Ferreira	MP GO	maria.jose.ferreira@mp.go.br	(62) 3243 8216	
Paulo César de Azevedo	MP MG	paulo@mp.mg.br	31 3209 0320	
Carla V. de Souza	MPF			
Valéria de Azevedo	MP RJ			
Carla de Azevedo	MP RJ			
Rebecca Monte Moraes	MP RN	rebecca.monte@hotmail.com	84 8874 6884	

I Encontro Nacional do Ministério Público e  
Movime tos Sociais / Lista de Presença 03/12/13

Nome	CPT	E-mail	Telefone
Paulo Roberto Facção	SPU/MPOG	faccionbr@brasil.com	(38) 882530366
Eugênia Bueno Benevides	PFDC/MPDF	emgda.benevides@planejamento.gov.br	(61) 2020 1303
Wilson Vilela de S. Silva	PFDC/MPDF	Wilson150@GOL.MPF.GOV.BR	(61) 3105-6945
Leandro A.M. Filho	MP/GO		
Ana Paula Antunes V. Mery	CNCD/ABGEI/ABR	ana.mery@mpgo.mp.br	(62) 32438068
Maria Guilhermina L. Sabasano	MPGO/CNMP	gubhunnunche@guimil.ce	(48) 94024173
Ivana Farina N. Pezo	CNMP/ST	ifarina@vol.com.br	62-99162265
MARIA DE FÁTIMA DE O. ARRUELO	ou BO'U	mariafernanda@igmail.com	5152506360
Ana Paula Sabino	SEPIR-AP	ana.werece@gmail.com	(61) 82378317
Rafael Wlederson de Azevedo	PFDC FOR	wlederson.az@igmail.com	(61) 8404-3431
LUCIANO MARIZ MANS	Ci. Gama	LUCIANO.MARIZ@MPF.MP.BR	889-99810837
Francis de Andrade P	SEPIR-PR	Francis.terci@ig.com	83-9120-6850-8878-8671-8145
Luiz Carlos de Souza Reis	MPRS	luizcarlos.reis@SEPIR.gov.br	(61) 2025-3005
Roberto Carlos Santambrogio	EG	rcsant@MPRJ.UE.BR	(21) 98177-8134
Andréa Wemerck	SPM/CNDM	awemerck@escladadeprevidencia.gov.br	(21) 93117481
Graciela de Souza	SPM/CNDM	graciela.souza@escladadeprevidencia.gov.br	
Maria José Bimbi	MPRJ	maria.jose@SPM.gov.br	(61) 84132621
Christiane Santambrogio	CAMP	christianeped@ig.com.br	(41) 9953-5818
Julia Mulharen	MPM		
Anne Karen Lucas	MPDF	anne.karen.lucas@mpm.mp.br	(61) 84226426
Graciela Froposo Ligonato	MPDF	graciela.ligonato@MPDF.MP.BR	61-84429074
Wanderley F. Faki	MPDF	WANDERLEY.F@YAHOO.COM	61-8175-5565
Dyê Maria B. Villela Minic	FUNDE	SINA.VILLELA@cultura.gov.br	20242728
Leonor Franca de Azevedo	CAMP	leonor.azevedo@fund.gov.br	2022-5676
Wesley de Souza	MP-Ca	wesley.souza@mp-ca.mp.br	8186-5999
Wesley Rodrigues	CNMP	wesley@cnmp.mp.br	61-84853868

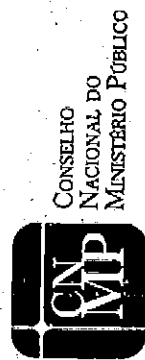
3253411







Lista almece



Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
ALESSANDRA MIRANDA DE SOUZA	MPDFT	alessandramiranda@caritas.org.br	(61)81754220	<i>Alexandre Sarade</i>
ANA CLAUDIA DOS SANTOS LIMA	EXE	anaclaudianegranagor@gmail.com	(93)94151274	
ANA LARA CAMARGO DE CASTRO	MP/MS	analarams@gmail.com	(67)33134678	
ANDERSON PENA DE OLIVEIRA	CNMP	bortofly.df@gmail.com	(61)81865999	
ANNE KAREN LUCAS	MPM	anne.lucas@mpm.mp.br	(61)84226926	<i>Lucas</i>
CARLOS FAUSTINO FIRMINO DA SOUSA	EXE	keila507@hotmail.com	(71)91658865	
CARLOS MAGNO SILVA FONSECA	EXE	karlmagno@gmail.com	(31)88171170	
CÍNTIA COSTA DA SILVA	MPDFT	cintiacs@mpdft.mp.br	(61)81166920	
CLAUDIO JOÃO MEDEIROS MIYAGAWA FREIRE	MPDFT	claudio.freire@mpdft.mp.br	(61)30216815	
CRISTIANE PODGURSKI	MP/PR	cristianepod@ig.com.br	(41)99530818	
DÉBORA DE MOURA PIRES	EXE	debora.pires@sdh.gov.br	(61)99976881	
EDEMILSON CRUZ SANTANA JUNIOR	CNMP	edemilsonparana@cnmp.gov.br	(61)81094344	
EDSON GILET BRASIL	MP/PA	gillet@estadap.com.br	(91)81246919	
ELAYNE PEREIRA SANTANA	EXE	elayne.literatus@hotmail.com	(61)81957418	
ELIANE DA SILVA FERREIRA	LEG	eliane@senado.gov.br	(61)81452556	<i>Elaine</i>



Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
FABIANA ARANTES CAMPOS GADELHA	EXE	fabiana.gadelha@saude.gov.br	(61)96563877	
FABIANA DE ASSIS PINHEIRO	MPDFT	fabianap@mpdft.mp.br	(61)33489080	
FABIO MACEDO NASCIMENTO	MPDFT	fmmas@ig.com.br	(61)99982919	
FLORENCIO NETO PALHA DIAS NEVES	CNMP	florencioneves@cnmp.gov.br	(61)82702939	
GRACIELE FRANCO MIRANDA	MPDFT	gracielefm@hotmail.com	(61)84127074	
HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES	MPDFT	henrique@mpdft.mp.br	(61)32549395	
IVANA FARINA NAVARRETE PENA	MP/GO	ifarina@uol.com.br	(62)99762255	
JANAINA BARBOSA OLIVEIRA	EXE	janainaooliveirapt@gmail.com	(91)81857378	
JEFFERSON ABER ALVES ARAUJO	EXE	jefferson.alvesaraujo@gmail.com	(61)92880797	
JONATA CARVALHO GALVÃO DA SILVA	EXE	jonata.adv@gmail.com	(61)61850692	
JOSE BRUNO MODESTO ALVES DE SOUSA	CNMP	bruno-mas@hotmail.com	(91)81046445	
JOYCE MORATO DE SOUSA MAIA	MPDFT	joyce.maia@mpdft.mp.br	(61)33439840	
JULIO CESAR SILVEIRA	MPDFT	julio.silveira@mpdft.mp.br	(61)33699259	
LIIORCINO MENDES PEREIRA FILHO	EXE	liorcino@yahoo.com.br	(62)94296693 8244-2567	

Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
LUANA RODRIGUES	CNMP	luanarodrigues.rs@gmail.com	(61)99082033	
LUCIANA SILVA GARCIA	EXE	luciana.garcia@sdh.gov.br	(61)20257883	
Luciano Santos	LEG	luciano.santos@uol.com.br	(11)32550333	
MARCELO SANTOS TEIXEIRA	MPDFT	marcelo.teixeira@mpdft.mp.br	(61)98553635	
MARIA DA ANUNCIÇÃO SANTOS SILVA	MPF	marianun2009@hotmail.com	(61)86093330	
MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASARIO	CNMP	guilherminacunha@gmail.com	(48)32091046	
MARIA LUIZA LUCAS SOS SANTOS	CNMP	mariasantos@cnmp.gov.br	(61)96149603	
MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA	MPDFT	rosynete@mpdft.mp.br	(61)99735737	
MARYLUCIA MESQUITA PALMEIRA	EXE	marylucia@cfess.org.br	(61)81710948	
NAHYMA RIBEIRO ABAS	MP/MA	nahymarabas@gmail.com	(99)91285847	
ROBERTH LUIZ NOGUEIRA DA COSTA	EXE	roberthnogueira@hotmail.com	(93)91214535	
ROMULO SIDNEY FALCI	MPDFT	homerstuff@yahoo.com	(61)81755565	
SANDRA MARIA FERREIRA DE SOUZA	MP/ES	cacc@mpes.gov.br	(27)31944722 (27)999822005	

Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
THAIS QUEZADO SOARES MAGALHAES	MPDFT	thais.magalhaes@mpdff.mp.br	(61)33439625	
THIAGO ANDRE PIEROBOM DE AVILA	MPDFT	condh@mpdff.mp.br	(61)33439998	

Dr Wilson Jaller PFDC

Dr Leonardo Antunes PFDC

Dr Enilda Bume Minist. Planejamento

Dr Sarah Figueiredo Instituto Alana

Dr. Rebecca Monte Nuovo Bezerra MPRN GT7

Dr CATARINA CECIN FAZELLE MP/ES merid@mpes.gov.br (27) 31944512

Dr FRANCIS FERNANDES DA SILVA - A CEEFI Francisco Fernandes da Silva - 4709@gmail.com

JELI (86) 9503 0099

Dr KARO CANTALINA - IFC karosims@hotmail.com - (61) 8616-9487

Dr AILTON CARVALHO IFE / GILSON CARVALHO - 82707259



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
ALESSANDRA MIRANDA DE SOUZA	MPDFT	alessandramiranda@caritas.org.br	(61)81754220	
ANA CLAUDIA DOS SANTOS LIMA	EXE	anaclaudianegranagor@gmail.com	(93)94151274	
ANA LARA CAMARGO DE CASTRO	MP/MS	analarams@gmail.com	(67)33134678	
ANDERSON PENA DE OLIVEIRA	CNMP	borntofly.df@gmail.com	(61)81865999	
ANNE KAREN LUCAS	MPM	anne.lucas@mpm.mp.br	(61)84226926	
CARLOS FAUSTINO FIRMINO DA SOUSA	EXE	keila507@hotmail.com	(71)91658865	
CARLOS MAGNO SILVA FONSECA	EXE	karlmagno@gmail.com	(31)88171170	
CÍNTIA COSTA DA SILVA	MPDFT	cintiacs@mpdff.mp.br	(61)81166920	
CLÁUDIO JOÃO MEDEIROS MIYAGAWA FREIRE	MPDFT	claudio.freire@mpdff.mp.br	(61)30216815	
CRISTIANE PODGURSKI	MP/PR	cristianepod@ig.com.br	(41)99530818	
DÉBORA DE MOURA PIRES	EXE	debora.pires@sdh.gov.br	(61)99976881	
EDEMILSON CRUZ SANTANA JUNIOR	CNMP	edemilsonparana@cnmp.gov.br	(61)81094344	
EDSON GILET BRASIL	MP/PA	gillet@estadao.com.br	(91)81246919	
ELAYNE PEREIRA SANTANA	EXE	elayne.literatus@hotmail.com	(61)81957418	
ELIANE DA SILVA FERREIRA	LEG	eliane@senado.gov.br	(61)81452556	

Dr. Joice de Souza Barbosa Melli - Com. Nac. Direitos da Mulher -  
Joice.melli@vol.com.br - 011 979851260 - CNDM



Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
FABIANA ARANTES CAMPOS GADELHA	EXE	fabiana.gadelha@saude.gov.br	(61)966563877	
FÁBIANA DE ASSIS PINHEIRO	MPDFT	fabianap@mpdff.mp.br	(61)33489080	
FABIO MACEDO NASCIMENTO	MPDFT	fmnas@lg.com.br	(61)99982919	
FLORENCIO NETO PALHA DIAS NEVES	CNMP	florencioneves@cnmp.gov.br	(61)82702939	
GRACIELE FRANCO MIRANDA	MPDFT	gracielefm@hotmail.com	(61)84127074	
HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES	MPDFT	henrique@mpdff.mp.br	(61)32549395	
IVANA FARINA NAVARRETE PENA	MP/GO	ifarina@uol.com.br	(62)99762255	
JANAINA BARBOSA OLIVEIRA	EXE	janainaoiveirapt@gmail.com	(91)81857378	
JEFFERSON ABER ALVES ARAUJO	EXE	jefferson.alvesaraujo@gmail.com	(61)92880797	
JONATA CARVALHO GALVÃO DA SILVA	EXE	jonata.adv@gmail.com	(61)61850692	
JOSE BRUNO MODESTO ALVES DE SOUSA	CNMP	bruno-mas@hotmail.com	(91)81046445	
JOYCE MORATÓ DE SOUSA MAIA	MPDFT	joyce.maia@mpdff.mp.br	(61)33439840	
JULIO CESAR SILVEIRA	MPDFT	julio.silveira@mpdff.mp.br	(61)33699259	
LJORCINO MENDES PEREIRA FILHO	EXE	ljorcino@yahoo.com.br	(62)91206893	



Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
LUANA RODRIGUES	CNMP	luanarodrigues.rs@gmail.com	(61)99082033	
LUCIANA SILVA GARCIA	EXE	luciana.garcia@sdh.gov.br	(61)20257883	
Luciano Santos	LEG	luciano.santos@uol.com.br	(11)32550333	
MARCELO SANTOS TEIXEIRA	MPDFT	marcelo.teixeira@mpdff.mp.br	(61)98553635	
MARIA DA ANUNCIACÃO SANTOS SILVA	MPF	marianun2009@hotmail.com	(61)86093330	
MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASARIO	CNMP	guilherminacunha@gmail.com	(48)32091046	
MARIA LUIZA LUCAS SOS SANTOS	CNMP	mariasantos@cnmp.gov.br	(61)96149603	
MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA	MPDFT	rosynete@mpdff.mp.br	(61)99735737	
MARYLUCIA MESQUITA PALMEIRA	EXE	marylucia@cfess.org.br	(61)81710948	
NAHYMA RIBEIRO ABAS	MP/MA	nahymarabas@gmail.com	(99)91285847	
ROBERTH LUIZ NOGUEIRA DA COSTA	EXE	roberthnogueira@hotmail.com	(93)91214535	
ROMULO SIDNEY FALCI	MPDFT	homerstuff@yahoo.com	(61)81755565	
SANDRA MARIA FERREIRA DE SOUZA	MP/ES	cacc@mpes.gov.br	(27)31944722	





Encontro Nacional do Ministério Público e os Movimentos Sociais

Participantes Encontro

02/12/13

Nome	Unidade	E-mail	Telefone	Assinatura
THAIS QUEZADO SOARES MAGALHAES	MPDFT	thais.magalhaes@mpdft.mp.br	(61)33439625	
THIAGO ANDRE PIEROBOM DE AVILA	MPDFT	cnth@mpdft.mp.br	(61)33439998	

*Wilson Luley* PFDC

*Leonilde Antônia* PFDC

*Enilda Burner* Minist. Planejamento

*Traci de Barros do Santo*

(61) 3305 6943

(61) 8433 1345

2020.1302

(92) 810.9534